

opinião

www.jc.com.br/opiniao

Riscos de racionamento

O governo federal sempre negou a possibilidade de um novo apagão, mas os agentes econômicos têm sérias dúvidas sobre o assunto. Teme-se que, neste verão, haja incompatibilidade entre o fornecimento total de energia hidrelétrica (que depende das chuvas nas cabeceiras dos rios, para encher os reservatórios) e as necessidades do País. O perigo é premente, quando se anuncia que as atividades industriais foram aquecidas pelo aumento da demanda e há uma perspectiva de 5% de crescimento do PIB para o presente exercício.

Alguns ocupantes de altos cargos governamentais chegaram a expor de público suas preocupações. Na quarta-feira, 9 de janeiro, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, referiu-se à necessidade de uma nova campanha para a redução do uso de energia. "Não é impossível ter racionamento", afirmou, então. Consta que, chamados às pressas ao Palácio do Planalto, o ministro interino Nelson Hübner e o Operador Nacional do Sistema (ONS) confirmaram que o volume médio de chuvas era o menor dos últimos 76 anos. Isso, segundo se disse na época, preocupou o chefe do governo, que se prontificou a apressar o processo de escolha do titular definitivo, que não fora feito ainda em face da preocupação por ampliar sua base no Congresso Nacional. Já se sabia, então, que o escolhido deveria ser dos quadros do PMDB.

Na semana passada, o presidente Lula confirmou a nomeação de Edison Lobão para o Ministério da Minas e Energia. Em dois discursos pronunciados no Senado, ele próprio alertou o governo para o risco concreto de um apagão energético. Assim, conhece o desafio que tem de enfrentar, o que não chega a ser de todo bom, uma vez que, não resolvido o problema, poderá ao menos alegar que já o encontrou instalado.

Ainda é recente, na memória dos brasileiros, o apagão anterior (no governo FHC) e esta é uma das razões pelas quais não se pode, sob qual-

quer pretexto, postergar as obras de construção das duas hidrelétricas projetadas para o Rio Madeira, na região Norte do País. Mas o fato concreto é que as novas fontes energéticas só poderão entrar em funcionamento em 2012. Até lá, o que se pode fazer é completar a capacidade anunciada das termelétricas construídas recentemente.

Tal como agora, na última vez que o País conviveu com a notícia de possíveis cortes no fornecimento de eletricidade (afinal, comprovada), o governo estava mudando o comando do Ministério das Minas e Energia. Na época, isso provocou o adiamento no anúncio de medidas técnicas precisas para equacionar de maneira racional o atendimento da demanda, sem grande aumento nos custos industriais. Como já temos essa experiência, desta vez se soube logo o que fazer.

Os nordestinos, em particular, dificilmente se esquecerão da crise anterior, pois ela levou à convocação do engenheiro pernambucano José Jorge, político que até então tivera experiência administrativa apenas em nível estadual, como secretário da Educação. É justo dizer que ele fez todo o possível para contornar o problema de forma técnica. Ainda assim, injustamente, alguns jornais do Centro-Sul tentaram associar seu nome à crise que já encontrou instalada.

Agora, quando já estamos no segundo mandato do presidente Lula, a nova ameaça também encontra o governo se preparando para mudar o comandante do ministério que trata de energia. Desta vez, o nome indicado foi o do senador Edison Lobão, um político que nada entende do assunto.

Na véspera do anúncio de sua posse, já foi divulgado que as termelétricas serão acionadas, mas também se sabe que isso vai encarecer a conta de energia.

Para o presidente da Chesf, os custos a serem incorporados serão repassados para os consumidores nordestinos.

O preço maior das térmicas será repassado aos consumidores de energia
